

A Educação Ambiental como instrumento de gestão turística sustentável na Praia da Pedra do Sal, Parnaíba (Piauí)*

Francimilo Gomes Santos da Silva¹, Francisco Pereira da Silva Filho²,
Diego Silva de Oliveira³, Haizza Danielle Silva Dias⁴, Edvania Gomes
de Assis Silva⁵

¹Especialista em Gestão e Educação Ambiental. Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Rua João Cabral, 2231. Pirajá. Teresina-PI (CEP 64002-150).

²Mestre em Geografia. Departamento de Geografia. Universidade Federal do Piauí (UFPI). Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, s/n. Ininga. Teresina-PI (CEP 64049-550).

³Graduando em Geografia. Departamento de Geografia. Universidade Federal do Piauí (UFPI). Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, s/n. Ininga. Teresina-PI (CEP: 64049-550).

⁴Especialista em Gestão Ambiental. UNIAMERICAS Educação Superior. Av. Dom Luís, 300, Loja 316, Piso L3. Aldeota. Fortaleza-CE (CEP 60160-230).

⁵Doutora em Geografia. Docente do Departamento de Turismo. Universidade Federal do Piauí (UFPI). Campus Parnaíba. Av. São Sebastião, 2819. São Benedito. Parnaíba-PI (CEP 64202-020). E-mail: edvania@ufpi.edu.br.

Resumo. Este artigo visa a verificar instrumentos de educação ambiental que promovam a gestão sustentável do turismo municipal, com o enfoque nos princípios da educação ambiental na sociedade, identificando os problemas ambientais relacionados à atividade turística no atrativo da Pedra do Sal e por fim, verificar as ações do poder público na conservação e preservação desse atrativo. A educação ambiental como elemento de discussão deste trabalho, permite buscar as melhores estratégias de desenvolvimento turístico, empregando a gestão ambiental nesse processo. Dessa forma, foram aplicados questionários a visitantes, comunidade local e um gestor público para ter conhecimento das práticas sustentáveis na região da praia. Assim, os resultados foram satisfatórios a respeito da situação em que se encontra a praia da Pedra do Sal, pois foi verificado que necessita de uma maior presença do poder público e a comunidade deve participar também. Contudo, a educação ambiental como instrumento de gestão pode desenvolver a região, porém se deve ter a preocupação com meio ambiente, cabendo aos governos a responsabilidade de promover qualidade de vida à população e aos visitantes, além da possibilidade que o turismo se torne sustentável na região.

Palavras-chave: Educação ambiental; Gestão turística sustentável; Praia da Pedra do Sal.

Recebido:
29/07/2016

Aceito:
29/09/2016

Publicado:
30/09/2016



Acesso Aberto
Artigo completo



ORCID

0000-0002-6534-3704

Francimilo Gomes
Santos da Silva

*Apresentado no V Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada e Gestão Territorial, Fortaleza/CE, 8 a 11/06/2016.

Abstract. *Environmental education as a sustainable tourist management tool in the Praia Pedra do Sal, Parnaíba (Piauí).* This work aims to examine the environmental education tools that promote sustainable management of the municipal tourism, with an approach on the environmental education principles in society, identifying the environmental problems related to tourism at Pedra do Sal and finally and hold true the public authorities actions in the conservation and preservation of this place. The Environmental education as the main discussion of this work, permit searching the best tourist development strategies, using the environmental management in the process. In this way, questionnaires were used and applied with visitors, local community and a public manager to know the sustainable practices in the beach region. Therefore, the results were satisfactory relating to the situation of the beach and the way it was found, because it was realized that the beach requires a greater presence of government; and the community should also participate. Nevertheless, the environmental education as a management tool can expand the region, but it should be concerned with the environment, leaving to the governments the responsibility to promote quality of life for the population and visitors, and the possibility that tourism becomes sustainable in region.

Keywords: Environmental Education; Sustainable Tourism Management; Praia Pedra do Sal.

 0000-0002-7885-7202
Francisco Pereira da Silva Filho
 0000-0002-2962-0604
Diego Silva de Oliveira
 0000-0002-5367-571X
Haizza Danielle Silva Dias
 0000-0002-0171-7324
Edvânia Gomes de Assis Silva

Introdução

A preocupação com o meio ambiente deve-se a relação homem-natureza, ou seja, na busca de subsistência através dos recursos natureza, na organização territorial do espaço e por consequência nessa interação houve muitos impactos, na qual industrialização foi um exemplo característico que impulsionou o homem a buscar mais recursos naturais, a degradar muitas áreas para o crescimento econômico (Luiz, 2009).

Neste sentido, devido à preocupação de movimentos ambientalistas em décadas passadas, passaram a proporcionar a criação de medidas para a preservação e conservação dos ambientes naturais e o surgimento das bases do desenvolvimento sustentável e a educação ambiental. Para isso, a educação ambiental tem como conceito de acordo com a Lei nº 9.795/1999, os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio

ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999).

Dentro desta perspectiva, a gestão da atividade turística por meio dos princípios do desenvolvimento sustentável, vem a contribuir na formação de uma consciência sustentável, ou seja, compreender o valor das paisagens, dos recursos naturais para a qualidade de vida tanto do visitante quanto da comunidade local (Swarbrooke, 2000).

Observa-se que a degradação ambiental em uma região turística, gera desconforto para o turista e para a comunidade local. Por outro lado, a administração pública também tem papel importante no desenvolvimento local, no qual são responsáveis pelo gerenciamento das ações relacionadas ao bem-estar da população possibilitando melhores condições de vida (Masina, 2002).

Nesse sentido, o turismo sustentável defendido por Swarbrooke (2000) explica como a atividade turística influencia no meio ambiente, voltando para a prática da gestão ambiental do turismo

sustentável. Seguindo esta lógica, Barreto (2000) estabelece para que aconteça o planejamento responsável do turismo sejam observados, o ciclo de vida, ocupação do solo, calendário e entre outros.

Entretanto, há exemplos de diversos tipos de impactos ambientais que a atividade turística proporciona tanto benefícios quanto malefícios, desse modo, Beni (2001) discorre sobre a necessidade do planejamento para se buscar um desenvolvimento sustentável, envolvendo a sustentabilidade: ambiental, cultural, social e econômico.

Dentro desta perspectiva, a gestão do turismo municipal dentro da prática do planejamento turístico apresentado por Tyler et al. (2001), colabora com as possíveis práticas sustentáveis que a educação ambiental possibilita. Assim, a responsabilidade de planejar um destino turístico capaz de receber turisticamente bem, é amplamente possível, diante da inter-relação entre empresas públicas e privadas interagindo com a comunidade local.

Dessa forma, a educação ambiental necessita ser compreendida não pela sua forma de proteção ao ambiente, mas também pela convivência harmoniosa com o ambiente, conforme as atitudes que cada sociedade comporta-se neste sistema, estabelecendo ações que visam principalmente ao bem-estar da população, a preservação do atrativo turístico nas localidades turísticas e o uso sustentável desses locais.

Por consequência, este trabalho teve como objetivo geral, verificar instrumentos de educação ambiental que promovam a gestão sustentável do turismo municipal. Além disso, conta com os objetivos específicos como: apresentar uma discussão sobre a importância e os princípios da educação ambiental na sociedade; identificar os problemas ambientais relacionados à atividade turística na Praia da Pedra do Sal e verificar as ações do poder público na conservação e preservação desses atrativos.

A pesquisa teve como justificativa, um conhecimento das práticas sustentáveis empregadas pela gestão do turismo local,

envolvendo suas ações destinadas a educação ambiental, que necessita ser compreendida não pela sua forma de proteção ao ambiente, mas também pela convivência harmoniosa.

O artigo possui a finalidade de contribuir para futuras pesquisas acadêmicas para que compreenda a relevância das práticas sustentáveis na gestão turística, e assim, entender as atitudes que cada sociedade se comporta neste sistema, estabelecendo ações que visam principalmente ao bem-estar de todos e além da preservação dos atrativos turísticos nas localidades turísticas possibilitando o seu uso sustentável. Por isso, este estudo visa compreender as práticas sustentáveis que contribuem no desenvolvimento da gestão turística em Parnaíba, além da preocupação das questões ambientais, que na falta dessas ações sustentáveis prejudicam o meio ambiente.

Educação ambiental e desenvolvimento sustentável

A educação ambiental vem tendo destaque na formação de uma consciência do uso sustentável dos recursos, na qualidade de vida, preservação e conservação da biodiversidade, e por isso, vem sendo debatida e difundida em projetos, modos de consumo, e na minimização de impactos.

Os conceitos de Educação Ambiental conforme Dias (1993) enfatiza como uma dimensão dada ao conteúdo e prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.

Também esse mesmo autor comenta que a educação ambiental é como um processo de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais, e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental (Dias, 1993, p. 85).

Da mesma forma, a construção desse conceito foi discutida em marcos referenciais desse processo histórico como: Conferência de Estocolmo de 1972, Carta de Belgrado de 1975, e a Conferência de Tiblisi, em 1977 (Luiz, 2009). Assim, foram discutidos nestas conferências segundo Mininni-Medina (2001) os principais problemas ambientais, e possíveis resoluções, realização de atividades e cooperação regional e internacional da promoção e implementação da educação ambiental na sociedade, entre outras ações.

O termo desenvolvimento sustentável foi também discutida pela Agenda 21, que “é um programa estratégico com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável no século XXI.” (Luiz, 2009). Neste sentido, surge como principal documento da Rio-92, que buscava promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (Agenda 21). Por consequência, a sustentabilidade evidencia conceitos para a inclusão social e bem-estar da população sem causar nenhum impacto na região possibilitando o desenvolvimento sustentável.

Da mesma forma, Beni (2008, p. 127) afirma que “a sustentabilidade pode ser entendida como o princípio estruturador de um processo de desenvolvimento centrado na equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente”.

Neste sentido, o desenvolvimento, parte da ação humana responsável perante o meio ambiente, onde as práticas são desenvolvidas para minimizar os impactos gerados por várias atividades muitas delas econômicas, incluindo a atividade turística que se “apropria de paisagens naturais”. Além disso, podemos perceber que muitas ações são desenvolvidas para que esse impacto diminua, como a coleta seletiva, produtos de baixo consumo e entre outras medidas.

Assim como entre outros países, no Brasil não é diferente, possui diversas leis que tratam dessa temática, a educação

ambiental, na qual tem como conceito, definido pela Lei nº 9.795/1999, como os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999).

Desta forma, o art. 225, da Constituição de 1988, fundamenta que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, cabendo ao poder público o dever de defendê-lo e à coletividade o dever de preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1988).

Diante disso, a preservação do meio ambiente se torna um fator primordial no desenvolvimento econômico e social, ou seja, com a preocupação de todos com o meio ambiente, os impactos tendem a diminuir gradativamente. Contudo, o surgimento do termo desenvolvimento sustentável houve uma grande mudança no comportamento das sociedades quanto aos padrões de consumo utilizando a tecnologia como ferramenta.

Neste sentido, segundo a Resolução CONAMA nº 001/1986, apresenta o impacto ambiental (IA) como:

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I. a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II. as atividades sociais e econômicas; III. a biota; IV. as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V. a qualidade dos recursos ambientais (Brasil, 1986).

Neste sentido, estas alterações influenciam positivamente e negativamente no meio ambiente, como por exemplo, a recuperação de uma mata ciliar de mananciais, a limpeza de rios e etc.,

consideram-se impactos positivos, pois causam impactos, mas colabora com a preservação do meio ambiente como medidas mitigadoras dos problemas. No entanto, os impactos negativos são aqueles que geram algum dano ao meio ambiente, por exemplos, a poluição dos rios, do ar, do solo, ou seja, a degradação ambiental.

Por consequência, no Brasil, com o surgimento da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) possibilitou uma melhoria na qualidade de vida devido a uso de medidas e instrumentos para o controle de qualquer atividade realizada no meio ambiente, seja ela, industrial, rural e uso particular, incluindo a elaboração de relatórios de impacto ambiental, o licenciamento ambiental de empreendimentos, e entre outros instrumentos de controle e preservação ambiental (Brasil, 1981).

Turismo Sustentável e a sua aplicação para a Gestão Ambiental

Sabe-se que na prática turística, os espaços são estruturados para atrair visitantes, pois existem, ambientes planejados para cada tipo de turismo, como turismo de aventura, ecoturismo e etc. Esse planejamento parte do engajamento de todos os envolvidos nessa atividade, e ao mesmo tempo, possibilita o desenvolvimento sustentável, que, segundo Swarbrooke (2000), o turismo estimula uma compreensão dos impactos que ocasiona nos ambientes natural, cultural e humano, por isso, trata o turismo sustentável do ponto de vista do meio ambiente, é importante para a economia de uma comunidade e seu bem-estar social, e assim pode ajudar a preservar os recursos naturais e culturais.

Na Constituição Federal de 1988 dispõe, em seu artigo 180, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico (Brasil, 1988).

Além disso, o Plano Nacional de Turismo cita as seguintes diretrizes no seu planejamento (art. 2º, do Decreto nº 448/1992): a prática do turismo como forma de promover a valorização e a

valorização do homem como o destinatário final do desenvolvimento turístico (Brasil, 1992). Assim, a Lei nº 6513/1977, que trata da criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico, em seu art. 1º, define as áreas especiais de interesse turístico principalmente os bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico e as localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer [...] (Brasil, 1977).

Então, a prática de atividades em locais de interesse turístico deve estar em concordância com as legislações vigentes, no entanto, segundo Rozendo et al. (2006, p. 5) retrata que “[...] o turismo explora o meio ambiente e suas paisagens como matéria-prima, tornando-o objeto de comercialização. A turistificação desses espaços resulta em impactos econômicos, socioculturais e ambientais tanto positivos quanto negativos.” Por isso, que os impactos são notórios, a desorganização da estrutura, os serviços são precários, assim, ocorrem impactos ambientais que afetam diretamente na visitação do atrativo e economicamente também.

Diante disso, Swarbrooke (2000, p. 89) afirma que o turismo é considerado como um problema em que é necessário administrar o turismo de forma a limitar seu impacto negativo. Da mesma forma, contribui com o caso das atrações de meio ambiente natural e das atrações turísticas (culturais) na qual possam minimizar impactos e gerar potencialidade para o desenvolvimento do turismo sustentável.

Também Ruschmann (2005, p. 24) alega que “estimular o desenvolvimento harmonioso e coordenado do turismo se não houver equilíbrio com o meio ambiente, a atividade turística comprometerá sua própria sobrevivência.” Na busca de um conceito mais específico para o turismo sustentável conceituado pela OMT (2003 apud Brasil, 2005, p. 14) define como:

[...] aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao

gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

Do mesmo modo, o turismo sustentável relaciona intrinsecamente com o meio ambiente, mas percebe-se que as políticas de gestão ambiental tendem a se concentrar sobre determinados elementos naturais aos quais se dá maior atenção por sua importância para a civilização, como por exemplo: a biodiversidade e unidades de conservação, os recursos hídricos, os solos, as paisagens excepcionais, os sítios fósseis; etc (Floriano, 2007).

É válido ressaltar que a gestão ambiental segundo Theodoro e Figueiredo (2004, p. 9), pode-se dizer que ela é:

[...] o conjunto de ações que envolvem as políticas públicas, o setor produtivo e a sociedade, visando o uso racional e sustentável dos recursos ambientais, ela engloba ações de caráter político, legal, administrativo, econômico, científico, tecnológico, de geração de informação e de articulação entre estes diferentes níveis de atuação.

Dessa forma, a gestão ambiental, colabora com a melhoria na administração pública evidenciando os instrumentos que levam à proteção e controle ambiental. De fato, a prática da gestão ambiental, configura-se como uma importante forma de estabelecer um relacionamento mais harmônico entre a sociedade e o meio ambiente (Theodoro e Figueiredo, 2004).

Neste sentido, a gestão ambiental é instrumento que contribui no planejamento de qualquer projeto, serviço, atividade e entre outros, neste sentido, utiliza-se principalmente os recursos ambientais por meio de ações ou medidas que facilitem a qualidade dos produtos e/ou serviços para a saúde da empresa, do órgão governamental, dos atrativos turísticos e etc.

Além disso, no Plano Diretor da Cidade de Parnaíba, em seu art. 11, aborda

a proteção e a valorização do meio ambiente natural e construído, particularmente aqueles de apelo turístico, que são feitas mediante:

- I - implantação efetiva das Áreas de Proteção Ambiental;
- II - integração harmônica do meio ambiente natural e do meio ambiente antrópico a partir da recuperação das áreas ambientalmente degradadas e criação dos correspondentes corredores ecológicos;
- III - integração da Cidade de Parnaíba com os atrativos turísticos e paisagísticos do entorno;
- IV - promoção da educação ambiental;
- V - proteção dos recursos hídricos, dos recursos naturais, da fauna e flora;
- VI - particularmente, recuperação, preservação e conservação do patrimônio histórico e culturalmente relevante, não só enquanto edifícios isolados, mas também enquanto ambiências (Parnaíba, 2007).

Diante do planejamento sustentável do turismo, dos benefícios que pode proporcionar a preservação ambiental, a gestão ambiental deve seguir diretrizes que se baseia na minimização de impactos, promoção da educação ambiental, instalação da infraestrutura turística, visando o desenvolvimento sustentável.

Metodologia

A natureza da pesquisa desenvolvida consistiu em um estudo descritivo exploratório onde buscou com maior familiaridade com o problema. Além da utilização da abordagem quantitativa, que permitiu mensurar os dados encontrados. Foram utilizadas também na pesquisa as técnicas: bibliográfica, documental e levantamento para buscar informações a cerca da temática do trabalho.

A coleta ocorreu no mês de novembro de 2015, onde foi realizada por meio da aplicação de entrevistas abertas e fechadas, para buscar conhecimento por parte dos entrevistados sobre as práticas sustentáveis na gestão do município, além

de conhecimentos sobre a educação ambiental.

A propósito, a pesquisa foi realizada na cidade de Parnaíba (Figura 1), no atrativo de maior relevância e visitação, que é pela Praia da Pedra do Sal, que fica 15 km² da sede urbana de Parnaíba, possui oito quilômetros de extensão e está

localizada na principal ilha formada pelo Delta, a Ilha Grande de Santa Isabel. A praia, de considerável beleza cênica, apresenta diversas dunas e paredões rochosos onde durante a maré alta ocorre o acúmulo de sal, fato que justifica o nome da praia (Brasil, 2010).



Figura 1. Praia da Pedra do Sal e sua vista de satélite, a partir do Google Earth.

Assim, a amostra foi direcionada para alguns gestores públicos, visitantes e a comunidade local totalizando assim 60 entrevistados. No entanto, obtive contato apenas com o Secretário de Meio Ambiente do Município de Parnaíba, por motivos de confidencialidade apenas será utilizado suas iniciais (CA).

Devido a problemas de agendas de trabalho, de outros gestores como o superintendente de Turismo do município, não foi possível a realização estas entrevistas. Durante a pesquisa foi empregado o método indutivo, onde foi possível descobrir as relações existentes a partir da realidade pesquisada. A tabulação

dos dados foi feita pelo software Microsoft Excel 2010, com a elaboração de gráficos em formato de pizza, além de algumas considerações dos respondentes e do gestor entrevistados.

A análise desses dados encontrados teve como parâmetro a percepção e a experiência dos entrevistados sobre as ações de educação ambiental, como também apresentar discussões a respeito da promoção da gestão sustentável, assim como possível aplicabilidade. No decorrer na discussão desde trabalho, os dados foram apresentados por meio de imagens, tabelas e quadros demonstrando a realidade e os resultados da pesquisa.

Resultados e discussão

A educação ambiental tem grande influência no desenvolvimento de uma região. A aplicabilidade da gestão ambiental no processo de decisão permite conhecer o que pode ser necessário para a solução de diversos problemas ambientais, inclusive em regiões litorâneas onde o desenvolvimento humano reflete em problemas para a biodiversidade.

De acordo com Suguio (2005, *apud* Laiane e Marimon, 2009, p.2), “as regiões litorâneas são áreas muito frágeis e susceptíveis a mudanças podendo ser afetadas em várias escalas de tempo e espaço e sofrer importantes transformações que podem, ou não, ser irreversíveis”. Desta feita, os ambientes naturais são frágeis e precisam de uma atenção maior, neste caso, a Praia da Pedra do Sal encontra-se com uma estrutura em condições incipientes, principalmente os bares e restaurantes, e conforme PDITS Polo Costa do Delta (PDITS, 2010 *apud* Brasil, 2010, p.40) também é “composta por empreendimentos simples com baixa qualificação nas estruturas físicas e sanitárias, além de serem dispostos sem o devido ordenamento adequado na orla marítima”.

Assim, a falta de um acompanhamento mais eficaz da gestão municipal, permite o surgimento de diversos problemas com os resíduos sólidos, poluição das águas e entre outros, por isso, devido ao aumento no número de

visitantes, tende a oferecer uma estrutura desfavorável.

Dessa forma, faz sentido, buscar compreender o nível de conhecimento da comunidade local, dos visitantes e entre outros questionamentos. Neste sentido, o conhecimento do nível de educação ambiental, foi verificado por 90% dos entrevistados possui um conhecimento muito básico, sabe que é para proteger o meio ambiente, não poluir e entre outros argumentos que se tornaram semelhantes a estes e desses 10%, não conhecem o seu significado.

Por outro lado, 80% dos entrevistados não possuem conhecimento a respeito dos projetos de educação ambiental e que 20%, conhecem algum tipo de projeto empregado no município. Isso mostra que os respondentes possui um nível de conhecimento muito baixo de educação ambiental. Apesar, que devemos ter a preocupação devido a este fato, no que determina a conservação dos logradouros públicos e atrativos turísticos.

Entretanto, durante a entrevista com o secretário de meio ambiente de Parnaíba, (CA), citou que existem projetos, entre eles, principalmente o que acontecem nas escolas municipais, o Programa Mais Educação, que foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral, e assim, incluindo atividades de educação ambiental; de esporte e lazer; de direitos humanos em educação; de cultura e artes; cultura digital; de promoção da saúde e etc. (Brasil, 2016).

No decorrer da pesquisa foram verificados os problemas existentes na praia da Pedra do Sal, que apresentou informações importantes, onde grande parte dos entrevistados relatou que existem muitos problemas, correspondendo a 62% dos respondentes (Figura 2). Da mesma forma, que 25% dos respondentes relatam que não existem problemas e 13% não souberam opinar quanto a este questionamento.

Dos problemas mais citados pelos entrevistados foram, a falta de estrutura turística, pouca segurança, poucas lixeiras, apesar que este último problema, o secretário de Meio Ambiente em entrevista, afirmou que a coleta é realizada duas vezes na semana recolhendo os resíduos depositados nos coletores que se localizam

em diversas áreas. No entanto, de acordo com os entrevistados que corresponderam, 75% relataram que o número de lixeiras não é suficiente para atender os visitantes, devido a falta de recipientes que possam alocar estes resíduos, porém 25% afirmam que são suficientes.

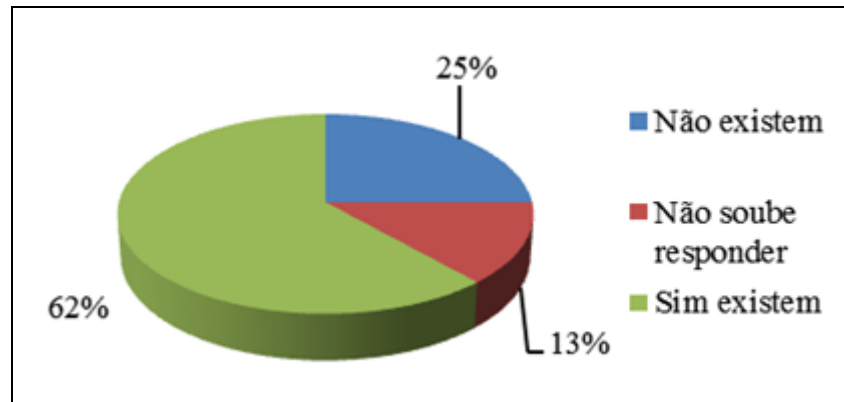


Figura 2. Existência de problemas ambientais.



Figura 3. Lixo próximo aos bares na Praia da Pedra do Sal (A) e outra área da praia mais conservada (B).

Também outro problema citado na pesquisa foi os relatos de animais soltos na praia que isso dificulta a prática esportiva e o banho de mar. Da mesma forma, o receio de estar na areia é percebido pela poluição que lá existe, mas para alguns dos entrevistados, isso não se torna empecilho para os que aproveitam a praia. Foi possível perceber que na visita realizada, apesar de encontrar em outros locais muitos

resíduos, sempre perto aos bares (Figura 3A), a praia estava limpa em alguns lugares (Figura 3B).

A presença de placas (Figura 4) informando sobre a conservação e proteção do meio ambiente, principalmente na área de preservação da tartaruga-marinha que é perceptível em toda área da praia, que caracteriza como uma estratégia de educação ambiental.



Figura 4. Placa informando que o local precisa ser conservado e preservado, devido à presença de tartarugas-marinhas.

A região é um berçário de tartarugas-marinhas as quais são protegidas e monitoradas pelo Projeto Tartarugas do Delta promovido pelo Programa Petrobras Ambiental desde 2006 (Petrobras, 2013). Por isso, que Floriano (2007) fala a respeito da importância da gestão ambiental para a preservação da biodiversidade, dos elementos naturais e da paisagem. Dessa forma, possibilita um planejamento mais sustentável da localidade, minimização dos impactos ambientais, melhora a qualidade de vida.

Entretanto, nota-se a necessidade de mais atenção, quanto à limpeza (Figura 5A), além disso, encontrou um dado importante, onde 45% consideram regular a limpeza da praia; 25% acham que é ruim e 15% dos respondentes afirma que é boa (Figura 5B).

Neste sentido, observa-se que o poder público está contribuindo com limpeza

através da coleta, apesar de que uma parte da população continua degradando, jogando sacolas, matérias que precisam de um descarte melhor. Por isso, o gráfico abaixo na qual 30% dos entrevistados jogam no chão os resíduos que produzem.

Entretanto, os 40% dos respondentes procuram uma lixeira mais próxima e 27% levam um saquinho. Observa-se que muitos têm a preocupação de proteger o meio ambiente não jogar o lixo em qualquer lugar, entretanto, é notório, a falta de consciência ambiental, ou seja, uma educação ambiental principalmente nas regiões litorâneas, e a atividade turística ocupa essas regiões, segundo Frattucci (2001, p. 122) “vai se apropriando de determinados espaços”, e isso acarretam grandes impactos à localidade.

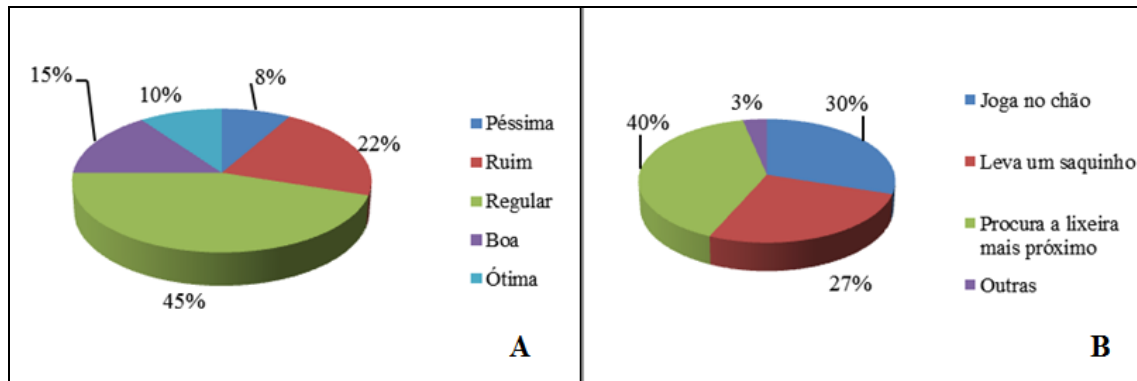


Figura 5. Percepção da limpeza na praia (A) e Atitudes ao jogar resíduos no atrativo (B).

Dentro desta perspectiva, Silva (2013, p. 17) cita que “uma das principais motivações que levam as pessoas a praticar a atividade turística consiste na fuga dos grandes centros urbanos para ambientes que proporcionem um maior contato com a natureza.” Por isso, muitas pessoas se deslocam para lugares fora do seu entorno habitual, devido ao stress, poluição do ar, poluição sonora, e entre outros problemas.

Nesse sentido, Ruschmann (2004, p. 19) afirma que “a deterioração das condições de vida nos grandes conglomerados urbanos faz com que um número cada vez maior de pessoas procure, nas férias e nos fins de semana, as regiões com belezas naturais”. Isso resulta num

número cada vez maior de turistas que procuram as áreas litorâneas para o descanso e lazer, em contrapartida com esse aglomerado de pessoas, muitas se aproveitam e não se preocupam com meio ambiente, não tem nenhuma consciência ambiental.

Também, na pesquisa, foi verificado um paralelo entre a frequência na visita desse atrativo com a percepção das mudanças ocorridas no local onde foi percebido que 50% dos entrevistados (Figura 6), afirmaram que já visitaram a praia da Pedra do Sal muitas vezes; 28% já visitaram mais de uma vez, e 15% estão pela primeira vez no atrativo turístico.

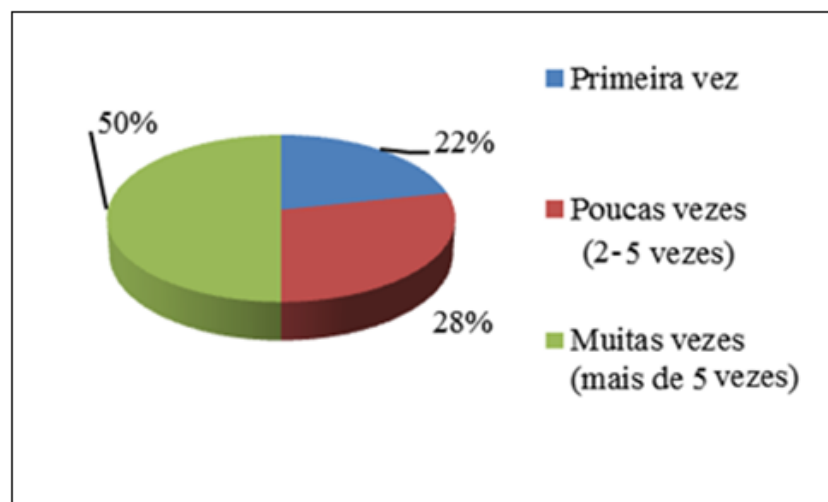


Figura 6. Frequência de visitação na Praia de Pedra do Sal.

E isso mostra que a grande maioria possui conhecimento a respeito das condições da praia, principalmente quanto a sua estrutura, e essas alterações são percebidas também pelos entrevistados da pesquisa realizada que afirmam que 58% reconheceram que houve algumas mudanças, e 42 % relataram que continua com a mesma estrutura. Outro ponto a considerar são as condições precárias do atrativo turístico, que mesmo netas condições conseguem atrair um número considerável de visitantes, especialmente nos feriados.

Como foi mencionado anteriormente, a atividade turística se apropria de espaços, e esses espaços são áreas naturais que requer uma preocupação maior, devido a biodiversidade presente nesses locais, com o aumento da demanda,

proporciona um desequilíbrio ocasionado por diversos impactos, sejam eles, ambientais, econômicos, sociais e ou culturais.

Essa relação do turismo com o meio ambiente foi abordada na pesquisa, onde apresentou um resultado favorável ao fator econômico, onde 44% dos respondentes, afirmam que o turismo contribui economicamente com a região, pelo fato da geração de empregos. Por outro lado, 35% notificaram que esta atividade ocasiona impactos negativos, e apenas 13% disseram que o turismo valoriza e preserva o meio ambiente. E foram encontrados outros motivos que caracterizam pela beleza do lugar, tranquilidade, que na pesquisa correspondeu 8% dos entrevistados. (Figura 7).

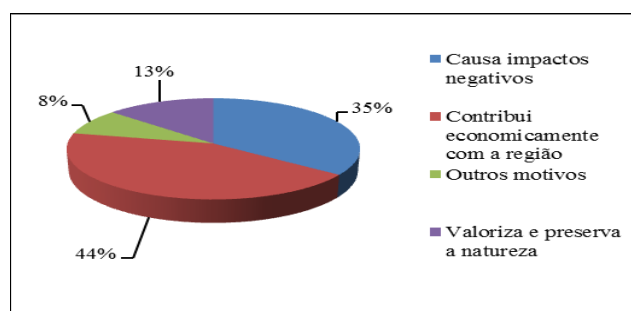


Figura 7. Relação do turismo com meio ambiente.

Portanto, foi possível perceber que o turismo sustentável não é apenas uma ferramenta importante, é considerado um dos meios de promoção do desenvolvimento sustentável, que atrelado à educação ambiental, permite encontrar melhores formas de utilizar os espaços turísticos, como por exemplo, a utilização de um serviço de coleta seletiva no local. A constante limpeza da praia e a participação da comunidade e o poder público, possibilita uma grande contribuição na gestão ambiental turística da localidade.

Considerações finais

Este trabalho objetivou a discussão da contribuição da educação ambiental como instrumento de gestão especialmente

voltada para a sustentabilidade do meio ambiente, a eficiência na mitigação dos impactos, e verificação dos problemas ambientais encontrados na Praia da Pedra do Sal que necessita de uma revitalização, através do planejamento e da aplicação da gestão ambiental.

Assim, a preocupação com meio ambiente é imprescindível nas ações de educação ambiental, e essa discussão vem de longos anos, procurou conhecer a percepção da comunidade, dos gestores e dos visitantes, diante dos questionamentos realizados, além dos estudos vivenciados durante a elaboração deste trabalho.

Além disso, a educação ambiental como instrumento de gestão ambiental pode contribuir na disseminação da informação sobre os efeitos da poluição, como proteger

os solos, estabelecendo os melhores destinos aos resíduos sólidos.

De fato, a educação ambiental sendo este instrumento, tem papel importante na busca de uma consciência ambiental, pautando também no comportamento da atividade turística diante das transformações que o meio ambiente enfrenta nos últimos anos, tentando ser planejado para o turismo sustentável, sendo assim o grande desafio desta atividade.

Portanto, para que a gestão turística sustentável possa ser praticada, deve-se pelo engajamento de todos os atores desse processo, o poder público, a comunidade, os empresários, de forma harmoniosa. Também, o papel do poder público é informar, promover; a população e comunidades devem seguir, e fazer sua parte quanto a utilizar melhores de formas de manter seu meio ambiente limpo, e os empresários no que tange a busca de melhorias na infraestrutura sem ter que prejudique o meio ambiente, criação de um sistema de produção sustentável, buscando práticas que melhorem a qualidade de vida das pessoas.

Declaração de conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Referências

- Agenda 21. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>>. Acesso em: 27 ago. 2015.
- Barreto, M. **Planejamento Responsável do Turismo**. Campinas: Papirus, 2005.
- Beni, M. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2001.
- Brasil. Leis, decretos etc. **Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L6513.htm>. Acesso em: 27 ago. 2015.
- Brasil, Leis, decretos, etc. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos e formulação e aplicação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 27 ago. 2015.
- Brasil. Leis, decretos etc. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 25 mar. 2015.
- Brasil. Leis, decretos etc. **Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 25 mar. 2015.
- Brasil. Leis, decretos etc. **Decreto nº 448, de 14 de fevereiro de 1992**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0448imprensa.htm>. Acesso em: 25 mar. 2015.
- Brasil. Leis, decretos etc. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 mar. 2015.
- Brasil. Ministério do Turismo. **Turismo sustentável e alívio da pobreza no Brasil: reflexões e perspectivas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.
- Brasil. Ministério do Turismo. **Elaboração da Avaliação Ambiental do PRODETUR Nacional no Estado do Piauí**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- Dias, G. F. **Educação ambiental: princípios e prática**. São Paulo: Gaia, 1992.
- Floriano, E. P. **Políticas de gestão ambiental**. 3. ed. Santa Maria: UFSM-DCF, 2007.
- Fratucci, A. C. Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico. **GEOgraphia**, Ano II, n. 4, p. 121-133, 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/45/43>>. Acesso em: 04 fev. 2016.
- Ignarra, L. R. **Fundamentos do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

- Lalane, H. C.; Marimon, M. P. C. Fragilidade dos ambientes naturais da Microbacia Hidrográfica da Lagoa de Ibiraquera, Santa Catarina, frente às modificações do uso do solo. Anais do EGAL 12º Encontro de Geógrafos de América Latina: Caminando en la América Latina en Transformación, Montevideu, 2009.
- Luiz, L. A. C. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- Masina, R. **Introdução ao estudo do Turismo: conceitos básicos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.
- Nascimento, L. F. **Gestão ambiental e sustentabilidade**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração - UFSC; CAPES, UAB, 2012.
- Parnaíba. Leis, decretos etc. **Lei nº 2.296/2007**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município e da Cidade de Parnaíba e dá outras providências. Disponível em: <<http://parnaiba.pi.gov.br/phb/wp-content/uploads/2014/01/Lei-do-Plano-Diretor.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2016.
- Petrobras. Projeto tartarugas do delta já devolveu 19 mil filhotes ao mar. 2013. Disponível em: <<http://sites.petrobras.com.br/minisite/ambiental/noticias/projeto-tartarugas-do-delta-ja-devolveu-19-mil-filhotes-ao-mar/>>. Acesso em: 25 mar. 2016.
- Ribeiro, L. M. M. Educação Ambiental: uma análise como instrumento de gestão ambiental. **E-Revista Facitec**, p. 1-29, 2007.
- Rozendo, A. J. B.; Brito, B. D. M.; Guedes, J. A.; Silva, S. D. C. M.; Kiyotani, I.; Duch, T. C. Sensibilização ambiental e educação turística: uma proposta para o desenvolvimento sustentável no Município do Conde - Paraíba - Brasil. Anais do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul - Turismo: Responsabilidade Social e Ambiental, Caxias do Sul, 2006.
- Ruschmann, D. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2005.
- Ruschmann, D. M. **Planejamento sustentável do turismo**. São Paulo: Papirus, 2004.
- Silva, M. M. M. **O turismo nas ondas do litoral e das políticas públicas do Piauí**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. (Tese de doutorado). Disponível em: <http://www.inct-tmcocean.com.br/pdfs/Monografias/Teses_doutorado/17_Silva-MMM.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2016.
- Swarbrooke, J. **Turismo sustentável: conceito e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000. v. 1.
- Theodoro, S. C. H.; Beze Jr., Z.; Figueiredo, P. S. Gestão ambiental: uma prática para mediar conflitos socioambientais. Anais do II Encontro da ANPPAS, Campinas, 2004. p. 1-15. (CD-ROM).
- Tyler, D. **Gestão de turismo municipal: teoria e prática de planejamento turístico**. São Paulo: Futura, 2001.